MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Consolidado

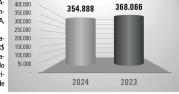
2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas: É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Admi-nistração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPA-ÇÕES SIA. referentes ao exercício de 2024. As demonstrações financeiras consolidadas com-preendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves SIA e Valepar SIA, e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

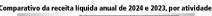
e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Receita Operacional Liquida: A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita liquida de R\$ 354.888 no exercício de 2024, e de R\$ 368.066 no exercício de 2023. A redução de 3,71% na receita liquida de 2024 quando comparada ao exercício de 2023, está associada aos impactos da enchente que atingiu todo o estado do Rio Grande do Sul ao final do mês de abril de 2024. Tal fato acabou por interromper a ativido kio crande do Sul ao final do mes de abril de 2024, lai fato acabou por interromper a attivi-dade produtiva de algumas unidades da Companhia, e seus reflexos estão demonstrados de forma detalhada na nota explicativa n° 34.2 – Enchente. Abaixo demonstramos a variação trimestral da receita líquida do exercício de 2024, em compa-ração aos mesmos períodos do exercício de 2023.



lo quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvo Infor 2023





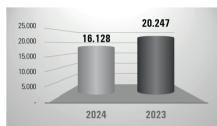


pesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativa consolidadas totalizam R\$ 18.997 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 18.471 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de aproximadamente 2,85%, na sua maior parte, impacta do pelas contas de folha de pagamento.

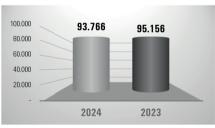


espesas com vendas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as Despesas com vendas: No exercicio findo em 31 de dezembro de 2024 as despesas com vendas totalizaram R\$ 16.128, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o número era de R\$ 20.247, equivalentes a 4,54% e 5,50% respectivamente da receita operacional líquida. O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2024 quando comparada com as despe-sas realizadas em 2023, está associado ao formato de negociação dos fretes arítimos sobre as vendas realizadas no Mercado Externo. No exercício de 24 houve um aumento no volume de vendas realizadas na modalidade de 2024 houve um a

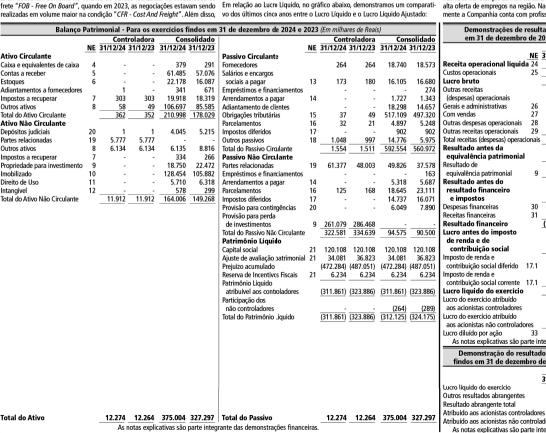
108.080 100.931 os custos dos fretes marítimos em 2024 tiveram uma quando comparados com os custos praticados em 2023.



Lucro bruto: O Lucro Bruto totalizou R\$ 93.766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivalente a 26,42% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2023 alcançou R\$ 95.156 equivalente a 25,85% da receita operacional líquida.



Em relação ao Lucro Líquido, no gráfico abaixo, de





EBITDA / LAJIDA: A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização). No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

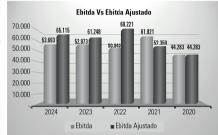
eni 31 de dezembro de 2024.		
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.050	11.909
(+) IRPJ/CSLL	4.208	(5.160)
(+) Resultado financeiro	29.779	35.586
EBIT	46.037	42.335
(+) Depreciações e amortizações	7.656	10.638
EBITDA	53.693	52.973
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	11.422	8.275
EBITDA - Ajustado	65.115	61.248
Receita Líquida	354.888	368.066
Ralação % EBITDA ajustado	18,35%	16,64%
(a) Os valores demonstrados no quadro ac	ima como "eventos nã	o recorrentes"

(a) Os valores demonstrados no quadro acima como "eventos não recorre referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão relaciona, ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 26 respectivamente identificadas como "Outras despesas operacionais" e "i receitas operacionais".
Abaixo um demonstrativo dos ajustes:

Ajuste	Valor	Divulgação
Provisão para Perda	2.717	NE n° 28 - item "b"
Perdas Enchente	13.815	NE n° 28 - item "d"
Créditos Fiscais	(6.761)	NE nº 29
Normas Contábeis	1.651	
Total	11.422	

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício do dos tributos sobre o Jucro e das despesas financeiras líquidas das r nanceiras, enquanto o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado lí-quido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e am

No gráfico abaixo, demonstramos um comparativo entre o Ebitda e o Ebitda Aiustado dos últimos cinco anos:



Recursos Humanos					
			Var	iação	
Situação	31/12/24	31/12/23	Qtde	%	
Funcionários Ativos	2.291	2.557	(266)	-10,40%	
Funcionários Afastados	269	232	37	15,95%	
Total	2.560	2.789	(229)	-8,21%	

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários sofreu uma redução de 3,21% quando comparado ao exercício de 2023. Este fato está relacionado à di-ficuldade na retenção de mão de obra voltada à atividade produtiva, associada à alta oferta de em alta oferta de empregos na região. Na intenção de mitigar estes desafios, atual-mente a Companhia conta com profissionais de mais de 40 municípios, além de

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

17.1

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reai:

ceita operacional li

Outras despesas operacionais

outras receitas operacionais

equivalência patrimonial Resultado de

equivalência patrimonial

Resultado antes do resultado financeiro e impostos Despesas financeiras

ucro do exercício atribuído aos acionistas não controla

Outros resultados abrangentes

As notas explicativas são parte inte

tribuído aos acionistas não controladore:

As notas explicativas são parte integrante

esultado antes da

possuir em seu quadro de colaboradores, 20% de estrangeiros com origem em 16 diferentes países. No mês de dezembro de 2024, a Companhia recebeu o selo GPTW – Great Place to Work, uma certificação internacional que destaca empre sas que priorizam um ambiente de trabalho saudável. Este selo é o reflexo do nos GPTM - Great Place to Work, uma certificação internacional que destaca empresas que priorizam um ambiente de trabalho saudável. Este selo é o reflexo do nosso compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento dos nossos colaboradores.
Situação Jurídica: A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais, abrangendo as esferas tibutária, cível, trabalhista e outras. Todos os processos estão sendo cuidadosamente monitorados pelo departamento jurídico da Companhia, em colaboração com escritórios de advocacia externos. Nos processos tributários, discute-se principalmente a cobrança de contribuições previdenciárias, imposto de renda, IPI e ICMS. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estavam envolvidas em 58 processos cíveis, os quais tratam principalmente de questões rotineiras de seus negócios, tais como discussão sobre títulos de crédito, contratos, indenização, entre outras. Isos representa uma redução de 16 ações em comparação ao encerramento anterior, refletindo a postura da administração em diminuir os passivos pretéritos. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, concerrou o exercício de 2024 como parte em 362 Reclamatórias Trabalhistas ativas, o que representa uma redução de 22 ações em comparação ao encerramento do exercício anterior. Contudo, foram ajuizadas 200 novas reclamatórias no decorrer desse exercício, um número superior ao de 2023, quando foram recebidos 159 novos processos. Tal aumento é decorrente de demandas pontuais roriginadas após as enchentes que assolaram o Vale do 1 aquari nos meses de abril e maio de 2024, mas que já foram integralmente resolvidas. Em razão do segmento de atuação da controlada indireta, a quantidade de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por ano é considerado fator relevante de impacto. Assim, a Companhia continua a manter uma atuação preventiva por neio de trabalho conjunto com os setores de tecursos humanos e ESEMT, sua representação a traves de escritório especializado na área, a realização estraté mitigação de medidas judiciais com prognóstico reduzido de êxito, visando à re dução de custos e da quantidade de processos em andamento.

Perspectivas: A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos em andamento.

Perspectivas: A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industrialis e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo. Ao final do exercício de 2024 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, trouxe ao mercado uma nova linha de produtos com a marca Minu, composta por Patês de carne de frango e suíno. Tal ação, visa além do incremento no mix de produtos comercializados, o compromisso com a força da sua marca, e o reconhecimento dos seus clientes e parceiros. A consolidação dos contratos de parceria com terceiros, e a constante busca por alternativas para solução de seus passivos tributários remanescentes, reforçam ainda mais as expectativas de um futuro promissor.

Mercado de Capitalis: O capital social da Companhia é de R\$ 120.107.800

Ilizadas peia Bi S.A.; o prasili, poisa, Baicad, totalizando RS 12.2 (4-347.49. LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Em relação a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019). a Companhi informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seu usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais pessoas físicas emvolvida: usuarios, visitantes, cientes, forneceutores e teinaña pessoas instas envolvada com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal a informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO – Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no sit da empresa https://www.minupar.com.br/lgpd, e através do privacidade@minuano.com.br.

A Companhia resalta ainda que o programa implantado "Programa de Priva cidade e Proteção de Dados Pessoais" é um programa que mantem o olhar diá rio sobre o tema da privacidade.

Mobiliários – CVM, nº 01127-4.

Declaração da Administração: Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos: Manifestamos nosso agradecimento pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, parceiros, fornecedores e instituições financiars.

nanceiras. Ao nosso quadro de colaboradores, agradecemos a dedicação continua, especialmente no trabalho realizado para a rápida retornada das atividade da Companhia, após os impactos causados pelas enchentes que atingiram todo o estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Seguimos juntos reforçando o compromisso com a nossa marca e a qualidade dos nossos produtos. Lajeado (RS), 27 de marco de 2025.

	ia intençao Issionais de		0 município		Lajeado (KS), 27 de março de 2025. A Administração					
	resultados para os exercícios findos o de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
Controladora Consolidado					Cont	roladora	Con	solidado		
	31/12/24	31/12/23	31/12/24			31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
a 24				368.066	Receitas	-	9	377.746	389.995	
25			(261.122)		Vendas de mercadorias,					
			93.766	95.156	produtos e serviços	-	-	368.332	385.089	
					Outras receitas	-	9	9.509	5.667	
26	(1.034)	(1.087)	(18.997)	(18.471)	Provisão para riscos de créditos	-	-	(95)	(761)	
27	(1.034)	(1.007)	(16.128)	(20.247)	Insumos adquiridos					
28	(16)	(2.977)	(22.549)	(26.597)	de terceiros	(339)	(276)	(168.082)	(180.586)	
29	(10)	9	9.945	12.494	Custo de produtos,					
ionais	(1.050)	(4.055)	(47.729)	(52.821)	mercadorias e serviços vendidos		-	(138.142)	(145.194)	
		,		_,,	Materiais, energia, serviços					
	(1.050)	(4.055)	46.037	42.335	de terceiros e outros	(339)	(276)	(29.940)	(35.392)	
					Valor adicionado bruto	(339)	(267)	209.664	209.409	
9	25.389	23.123			Depreciação,					
					amortização e exaustão	-	-	(8.446)	(10.638)	
					Valor adicionado					
	24.339	19.068	46.037	42.335	líquido produzido	(339)	(267)	201.218	198.771	
30	(12.314)	(9.266)	(51.390)	(51.116)	Valor adicionado recebido					
31	(12.314)	(0.350)	21.611	15.530	por transferência	25.345	23.106	5.957	6.519	
	(12.314)	(9.258)	(29.779)	(35.586)	Resultado de					
					equivalência patrimonial	25.389	23.123	-		
	12.025	9.810	16.258	6.749	Receitas Financeiras	-	8	5.355	(398)	
		3.010			Outras	(44)	(25)	602	6.917	
17.1	-	2.075	1.424	5.160	Valor adicionado a distribuir	25.006	22.839	207.175	205.290	
					Distribuição do					
17.1			(5.632)		valor adicionado	25.006	22.839	207.175	205.290	
	12.025	11.885	12.050	11.909	Remuneração do Trabalho	708	781	139.561	139.844	
					Remuneração direta	605	651	114.767	115.840	
	-	-	12.025	11.885	Benefícios	103	130	18.494	17.459	
					FGTS	-	-	6.300	6.545	
res	1.00001	1.67363	25	1 677720	Remuneração do Governo	3	933	20.264	18.328	
33 		1,67392	1,69716	1,67730	Federais	3	920	12.047	8.645	
			rações finar		Estaduais	-	13	8.217	9.683	
			os exercí		Remuneração					
bro c			milhares de		Capitais de Terceiros	12.270	9.240	35.300	35.209	
		roladora		solidado	Juros	12.270	9.240	35.300	35.209	
	31/12/24		31/12/24		Outros	-	-	-	-	
	12.025	11.885	12.050	11.909	Remuneração de					
	12.025	11.885	12.050	11.909	capitais próprios	12.025	11.885	12.050	11.909	
ladore		11.885	12.050	11.885	Lucro do exercício	12.025	11.885	12.025	11.885	
ontrola		-	12.025	11.885	Participações de minoritários	-	-	25	24	
		e domonet	rações finar		As notas explicativas são parte	integrante da	as demons	rações finar	nceiras.	

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPI/ME nº 90 076 886/0001-40 - NIRE nº 43300031161

					WIINUPAN PA	N I ICIP	AÇUES) J.A	CINFJ/IV	
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)										
Controladora Consolidado						Cont	roladora	Con	solidado	
Fluxos de caixa das						31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
atividades operacionais	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	Obrigações tributárias	(44)	2.079	(6.453)	(8.706)	
Lucro do período	12.025	11.885	12.025	11.885	Salários e encargos sociais a pagar	(7)	32	(575)	1.115	
Ajustes para conciliar o lucro					Adiantamendo de clientes	-	-	3.641	2.967	
líquido ao caixa gerado pelas	;				Obrigações judiciais	-	-	(2.566)	(8.255)	
atividades operacionais					Outras obrigações	51	55	11.371	781	
Depreciação e amortização	-	-	8.446	10.638	Caixa líquido gerado pelas					
Provisão para riscos de créditos	-	-	95	761	atividades operacionais	(1.123)	(2.282)	33.112	14.820	
Juros e encargos financeiros					Fluxos de caixa das					
sobre empréstimos	-	-	1.049	68	atividades de investimentos					
Juros e encargos financeiros					Aquisições de imobilizados	-	-	(34.404)	(19.395)	
c/ partes relacionadas	12.251	9.217	12.251	9.346	Aquisições de intangíveis	-	-	(366)	(51)	
Imposto de renda e					Caixa líquido gerado					
contribuição social diferidos	-	(2.075)	(1.424)	(5.160)	(aplicado) nas atividades					
Participação de minoritários	-		25	24	de investimento	-		(34.770)	(19.446)	
Baixa de bens do imobilizado e inta	ngível -	-	1.933	90	Fluxos de caixa das					
Provisão (Reversão) para contingêno	cias -	-	(2.041)	(6.998)	atividades de financiamento					
Provisão para perda (Impairment)	-	-	2.668	11.312	Empréstimos e financiamentos capta	ados -	-	-	-	
Atualização de passivos tributários	-	-	21.425	27.121	Pagamento de empréstimos					
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	e financiamentos	-	-	(414)	83	
Ajuste trava cambial	-	-	-	-	Contraprestação de arrendamentos	a pagar -		2.163	(346)	
Resultado de					Variação com partes relacionadas	1.123	(2.968)	(3)	(5.370)	
equivalência patrimonial	(25.389)	(23.123)	-	-	Caixa líquido aplicado nas					
	(1.113)		56.452	59.087	atividades de financiamento	1.123	(2.968)	1.746	(5.633)	
Variações nos ativos e passivo	s				Redução líquido de caixa					
Contas a receber	-	-	(4.504)	(3.348)	e equivalentes de caixa	-	(5.250)	88	(10.259)	
Estoques	-	-	(6.091)	(6.819)	Caixa e equivalentes de caixa					
Impostos a recuperar	-	(303)	(1.667)	(5.259)	no início do ano	-	5.250	291	10.550	
Adiantamento a fornecedores	(1)	` -	330	` 302	Caixa e equivalentes de caixa					
Outros ativos	(9)	(49)	(18.163)	(22.004)	no final do período	-	-	379	291	
Depósitos judiciais	-	-	1.170	1.361	Redução líquido de caixa					
Fornecedores	-		167	3.598	e equivalentes de caixa	-	(5.250)	88	(10.259)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras nstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 Notas explicativas às der

(Em milhares de reais)

I – Contexto operacional: 1.1 - Atividades desenvolvidas: A Minupar sas demoniariticipações S/A. "Comnanhia" tam operacional: Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no ca-pital de outras sociedades. As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades. As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano). A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigorificas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na Africa, América, Asía e Oceania. 1.2. - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional: As informações financeiras individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento. 1.3 — Continuidade operacional: Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia havia acumulado perjuizos no montante de R\$ 472.284 (R\$ 487.051 em 31 de dezembro de 2023), o patrimônio liquido negativo foi de R\$ 311.861 (negativo R\$ 323.886 em 31 de dezembro de 2023), o pastrimônio liquido negativo foi de R\$ 311.861 (negativo R\$ 323.886 em 31 de dezembro de 2023), o patrimônio liquido negativo foi de R\$ 91.800 final de consolidado, o passi-Companhia excedeu o total do ativo circulante em na 1.132 e 2013.

de dezembro de 2023, no individual, excedeu 1.159, e no consolidado, o circulante excedeu o total do ativo circulante em R3 382.943). A admição da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regulaiza. mentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes. conforme exposto no quadro a seguir

P	eríodo de Adesão	Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/24		Saldo em 31/12/24
Parcelamento -					
Lei 11.941/09	2009	67	-	67	
Parcelamento -					
Lei 12.996/14	2014	497	157	76.297	11.563
Parcelamento - PI	ERT 2017			56.548	7.865
Total		564	157	132.912	19.428
A Companhia coi	ncentra part	e de suas at	ividades at	avés de um	contrato d
prestação de serv	iço de abate	s de aves, o	qual está en	n situação at	iva e regula
junto à outra emp		o. As operaç		oladas no cor	ntrato envo

Controladora Consolidado

junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigiorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores. O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos. A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada divida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vituldade financeira capaz de financiar de forma sustentável o crescimento das operações da Companhia.

1.4. Aprovação das Demonstrações financeiars: Em atendimento à disposção do artigo 25º, inciso I, alinea "b" de Estatuto Social da Minupar Partiosição do artigo 25°, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social da Minupar Parti cipações S.A. a Diretoria submeteu as demonstrações financeiras devida uditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia ndo as referidas demonstrações financeiras aprovadas, e sua divulgação auorizada para o dia 27 de março de 2025.

sendo as referidas demonstrações financeiras aprovadas, e sua divulgação autorizado para o dia 27 de março de 2025.

2 — Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei n° 11.638/07 e lei n° 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários — CVM.

3 — Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Declaração de conformidade: 3.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (Insternational Financial Reporting Standards (IRS)), emitidas pelo International Accounting Standards (IRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IRS), emitidas pelo International Emancionais de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), 3.1.2. Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade emitidas se demonstrações financeiras individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internaanhia também foram elaboradas com base nas normas inte cionais de contabilidade. As demonstrações financeiras da controladora estão ndo publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas 3.2. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreen em as demonstrações financeiras da Minupar Participações S/A, e suas contro ladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Compa-nhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação. **3.2.1. Demonstrações financeiras consolida** las, foram eliminados no das: A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações financeiras de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobilários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar eslas: A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações financeiras

sas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjur to, lado a lado, 3.2.2. Demonstrações financeiras individuais: No balar to, lado a lado. 3.2.2. Definios aques minarques manuelhas individuals. No balan-co patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investi-mento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são co vertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passi ios são reconhecidos nas demonstrações de resultados. 3.5. Ins trumentos Financeiros: A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em: i) custo amortizado; e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contra-tuais. Conforme previsto na norma NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo dos seguintes criterios: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado un Mensurados ao custo amortizado tuficando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado. Dentre os ativos e passívos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável: « Contas a receber de clientes (nota 5); « Outros ativos (nota 8); Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso continuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de utros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). 3.6. Caixa e equivalentes de caixa: C acixa e equivalentes de caixa: C acixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantites de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, manti-dos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta tes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta
corrente 3.7. Contas a receber: As contas a receber são mensuradas pelo
custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No periodo os saldos das contas a
receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo. O crieriori utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais. 3.8. Esto ques
So estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, liquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. Em consonância ao crítério adotado para reconhecimento das
receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, tambem fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos
no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas. 3.9.
Impostos a recuperar: Os impostos a recuperar são demonstrados com base
nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções no frote. 3.10
Demais atívos circulantes e não circulantes: Os demais ativos são aprepere entrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos sentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.11. Investimentos: 3.11.1. Partici**pações societárias: Os investimentos em con valência patrimonial na controladora, 3.11.2. Propriedades para vestimentos: As propriedades para investimento são representadas por terre nos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para rir rendimento de aluquel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, de como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, de-duzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é deter-minado através do valor justo. As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em pro-priedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resulta-do. 3.12. Impolitizado: De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a con-trolada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do cus-to atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ati-

Participaçau dos Não Controladores Con (313) 24 Consolidado Reserva de Patri Capital vos Patrir Prejuízos Resultados Incer Líqu Saldos em 31 de dezembro de 2022 120.108 Lucro líquido do exercício Fiscais Líquido 6.234 (335.771) - 11.885 37.067 (336.084 Lucro IIQUIDO DO exercicio
Realização de ajustes de avaliação patrimonial Saldos em 31 de dezembro de 2023 120.108 244 (**487.051**) 6.234 (323.886 12.025 (289) (324.175) 36.823 Lucro líquido do período Realização de ajustes de avaliação patrimo Saldos em 31 de dezembro de 2024 120.108 34.081 (472.284) As notas explicativas são parte integra (311.861) (312.125) (264)

As notas explicativas são parte integuivas são parte integuivas são parte integuivas são parte integuivalores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. A depreciação e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 3,13. Direito de Uso: Em virtude do IFR516/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de nício do arrendamento. A Companhia reconhece o direito de eu ma tivo e um passivo de arrendamento correseconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendan pondente com relação a todos os contratos de arrendamento em c ento em que é o arrer datário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos con mentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrenda entos de ativos de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional duran ue vida util definida referenti-se a soltwares, registrados pelo custo de adjunsiça e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao lon go da sua vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem -se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a cerda de valor é realizada an ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a for ma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor en uso. As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangiveis estão em conformidade com a deliberação CVM nº 644/10. 3.15. Redução ao valor recuperável de ativos: No fim de cada exercício a Companhia e suas controrecuperável de ativos: No fim de cade exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a
finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que
seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 3.16. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação i corridos e são, subsequentemente,
demonstrados pelo custo amortizado. Qualque diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na
demonstração do resultado durante o peidode em que os empréstimos estejam
em andamento, utilizando o método da baxa de juros efetiva. 3.17. Estimativas dos ativos e passivos contingentes: Em atendimento as práticas contabeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas,
mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procemediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, proce urração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivo s contingentes que possam afetar significativamente as demons considerados contingentes que possam afetar significativamente as demons-trações financeiras. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro ocorrer por valor direrente do estimado, tato inerente a este tipo de registro. 3.18. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos. Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado ao stivos e passivos circulantes, quando seu defito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08. 3.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferrido: O encargo de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do luro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas contridadas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. 3.20. Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços: A receita é econhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que beneficios econô-3.18. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos: Quando aplicável ceita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econô-micos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiveren sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas contro ladas. O reconhecimento de receita tamtém leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de co trole e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entend separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas so bre créditos. 3.21. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos tanto para o reconhecimento de receitæ quanto de despesas. **3.22. Julga mento e uso de estimativas contábeis**: As políticas contábeis que reque tanto para o reconhecimento de receltas quanto de despesas. 3.22. Julgamento e uso de estimativas contábeis: As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras pela administração são: (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" evalor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e (c) passivos cortingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda. 3.23. Demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contabeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábal adicional. 3.24. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: A Companhia analisou as novas normas ormas terpretações ainda não efetivas: A Companhia analisou as novas no contábeis bem como alterações nas normas vigentes, e decidiu não adotar an tecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que ainda não es-tejam vigentes. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS S1 – Requisitos

grante das demonstrações financeiras.

gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; • IFRS 52 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; • Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Cámbio, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025; • Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 - Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026; • IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19 – Subsidiár janeiro de 2027, • IHKS 19 — Subsidiarias sem Responsabilidade Pública: Com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027. Em relação às melhorias anuais ao IFRS — Volume 11, a adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026. • IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro; • IFRS 7 - Instrumentos Finan-ceiro; • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; • IFRS 10 - Demonstrações Consoli-dadas; • IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Não existem outras nordadas; • IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. 3.24.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas: Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2024, foram: - Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como "Circulante" ou "Não Circulante"; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado. Em relação às alterações supracitadas, a Companhia não identificou nenhum impacto que viesse a alterar sua divulgação em se tratando de adoção ou interpretação das novas normas, visto que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não são aplicáveis à Companhia e suas controladas. 4 – Caixa e equivalentes de caixa Controladora Consolidado

	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Caixa			19	15	
Bancos - Conta Corrente	-	-	360	276	
Total		-	379	291	
5 – Contas a receber					
	Cont	roladora	Con	solidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Mercado interno			51.310	54.688	
Mercado externo	-	-	14.277	6.395	
(-) Provisão para perdas esperadas	-		(4.102)	(4.007)	
Total	-	-	61.485	57.076	
Vencidos	31/12/24		31/12/23		
Até 30 dias	3.220	5%	12.458	22%	
De 31 a 60 dias	295	0%	216	0%	
De 61 a 90 dias	308	1%	219	0%	
De 91 a 120 dias	134	0%	1	0%	
De 121 a 150 dias	6	0%	18	0%	
De 151 a 180 dias	-	0%	3	0%	
Acima de 180 dias	4.102	7%	4.007	7%	
Sub-total	8.065	13%	16.922	29%	
À vencer					
Até 30 dias	31.357	51%	25.462	45%	
De 31 a 60 dias	22.413	36%	18.699	33%	
De 61 a 90 dias	3.752	7%	-	0%	
Sub-total	57.522	94%	44.161	78%	
Provisão para perda esperada	(4.102)	-7%	(4.007)	-7%	
Total	61.485	100%	57.076	100%	
6 - Estoques					
	Cont	roladora	Con	solidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Produtos prontos	-	-	3.829	2.560	
Produtos em elaboração	-	-	48	84	
Matérias primas	-	-	5.626	4.913	
Materiais de embalagem	-	-	1.861	1.800	
Materiais de manutenção			10.814	6.730	
Total	-	-	22.178	16.087	
7 – Impostos a recuperar					
		<u>roladora</u>		solidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
IRRF a recuperar	-	-	45	34	
IRPJ e CSLL a recuperar	303	303	391	1.161	
PIS e COFINS a recuperar (a)	-	-	9.331	3.374	
ICMS a recuperar	-	-	3.905	2.995	
ICMS a recuperar - Imobilizado	_	-	520	751	
Crédito de Exportação (Reintegra)					
	-	-	1.324	1.282	
Crédito de ICMS na base do PIS e C	OFINS -	-	1.324 4.402	4.192	
Crédito de ICMS na base do PIS e C INSS a Compensar			4.402	4.192 4.530	
Crédito de ICMS na base do PIS e C INSS a Compensar Circulante	OFINS - - 303	303	4.402 19.918	4.192 4.530 18.319	
Crédito de ICMS na base do PIS e C INSS a Compensar		303	4.402 19.918 334	4.192 4.530 18.319 266	
Crédito de ICMS na base do PÍS e C INSS a Compensar Circulante ICMS a Recuperar - Imobilizado Não Circulante	303		4.402 19.918 334 334	4.192 4.530 18.319 266 266	
Crédito de ICMS na base do PIS e C INSS a Compensar Circulante ICMS a Recuperar - Imobilizado	303 - ofins a recu	perar está	4.402 19.918 334 334 relacionado	4.192 4.530 18.319 266 266 a o traba-	

recuperação de creditos dibatarios, explicativa nº 29 — Outras receitas op 8 - Outros ativo

	Cont	roladora	Con	solidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Consórcios contemplados	-	-	-	203	
Despesas antecipadas	58	49	820	607	
lumerários em trânsito (a)	-	-	103.495	78.066	
rava Cambial (b)	-	-	-	4.594	
Minupar Participações S/A (c)	-	-	3.786	3.786	
-) Provisão para perda (Impairme	ent) (d) -		(1.404)	(1.671)	
Circulante	58	49	106.697	85.585	
Agostinho Carrer (e)	15.769	15.769	15.769	15.769	
Outros	-	-	2.410	5.091	
-) Provisão para					
perda (Impairment) (e)	(9.635)	(9.635)	_(12.044)	(12.044)	
lão Circulante	6.134	6.134	6.135	8.816	
		$\overline{}$	111		

Não Circulante
(a) A rubrica "numerários em trânsito" refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebiveis é superior a 90 dias. (b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para dafasta o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrargeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de "trava cambial da dia dia a diferença entre a taxa de câmbio cominada de "trava cambial foi reconhecido em rubrica de passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 — Outros passivos. Neste período, a Companhia detinha 46 contratos de trava cambial que totalizavam \$ 15.809 dólares. Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão apresentadas neste relatório, através da nota explicativa nº 18 — Outros passivos. Neste período, a Companhia detinha 46 contratos de trava cambial estão apresentadas neste relatório, através da nota explicativa nº 18 — Outros passivos. Neste período, a Companhia firmou acordo judicial nos autos dos processos de execução nº 500067-21.2009.82.10.017, 5000281-99.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1º Vara Cível da Coexecução nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 (5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Co marca de Lajeado - RS. Tais processos foram ajuizados pela empresa Dohler S.A baseados em parcial inadimplemento de Instrumento de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Crédito Tributário datado de 21/11/2008. Durante o

com.br:443 e utilize o código 1E3B-E57C-BEA4-8156 /assinaturas.certisigr Jornal A Hora Ltda por digitalmente ao site Ś, assinado assinaturas ſО documento as

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 90.076.886/0001-40 - NIRE nº 43300031161

Not trâmite dos referidos processos, as partes chegaram a firmar um acordo prevendo, entre outros pontos, a subscrição de 111.359 (cento e onze mil, trezentos e
cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas da Minupar Participações S.A.
para a Dohler S.A., porém, essa última passou a discutir a validade deste acordo, ponto que também foi objeto de decisão judicial. Em resumo, a sentença da
1º Vara Cível da Comarca de LajeadofRS foi de parcial procedência aos embargos à execução da Companhia, declarando a validade do acordo firmado, no
entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou intesentences a categos declarada inoficas a cordo firmado. entanto, o Iribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul retormou inte-gralmente a sentença, declarando ineficaz o acordo discutido e, por consequên-cia, determinando a devolução das ações até então de posse da Dohler S.A. para a Minuano. Apesar da Companhia Minuano ter prosseguido com os recur-sos cabíveis visando alterar a decisão, paralelamente buscou compor o débito em discussão e obteve êxito no acordo. As partes acordaram com um prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, o qual foi integralmente lipara pagamento parcelado até dezembro de 2023, o qual foi integralmente li-quidado, e a Dohler cedeu à Companhia Minuano as 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A, em devolu-ção àquelas que lhe haviam sido entregues por meio do acordo judicial anterior. O valor considerado nas ações foi o nominal da época de sua dação em paga-mento, qual seja, RS 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota mento, qual seja, RS 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota explicativa nº 29 – Outras receitas operacionais. Importa esclarecer que a Minupar não figuruou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano de Alimentos passou a ser, temporariamente, títular das ações transacionadas no citado acordo judicial. No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação reciproca entre a companhia e suas controladas. Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Dôliler à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar, não se caracterizou como uma operação de aquisição de ações de controladora por contolada, vedada pela legislação, com isso, não se verifica impedimento para que a Companhia Minuano de Alimentos efetue a negociação destas ações no mercado. Importante citar que, considerando o total adimplemento do acordo, todo so sprocessos foram extintos e arquivados definitivamente no exercício de 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, eserão destinadas a tempo e modo definidos pela administração. (d) Os valores registrados como provisão para definidos pela administração. (d) Os valores registrados como provisão para oerda, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica "Minupar Par icipações S.A.", considerando o valor atual de cotação das ações da Compa tudipações S.A., consideratudo valor atuar de Cotação das ações da Colhipá-nhia. (e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua contro-lada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaraçá Indústria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, os quais reconheceram a existência de dívida, para resolver todos os processos obietos de litígio entre as partes (ação de exe cução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens). Entretanto, sob a alegação de crise no setor vícola, as devedoras passaram a requerer suspensões provisórias dos paga-nentos das parcelas principais, de modo que, desde julho de 2020 restou acormentos das parcelas principais, de modo que, desde julho de 2020 restou acordada a obrigação de pagar apenas do valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor. Ocorre que os pagamentos, mesmo que parciais, deixaram de ser adimplidos a partir de novembro de 2022, além disso, em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Agroaraçá Indústria de Alimentos ITDA, uma das partes do acordo, e com o intuito de refletir a incerteza dos eventuais impactos de forma mais conservadora, a Companhia, optou por manter em suas demonstrações filanaceiras apenas os valores que já estão depositados em juízo, o que representa a quantia de R\$ 6.134. Apesar disto, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma

ot	as explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos	em 31 de dezembro de 2024 e 3	31 de dezem
	integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos. Outro montante	15 – Obrigações tributárias	
•	que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no exercício findo		Contro
	em 31 de dezembro de 2024, refere-se a provisão de uma possível perda espe-		31/12/24 3
	rada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-	INSS a recolher	21
1	0, referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, ten-	FGTS a recolher	-
	do em vista que restaram infrutíferas as tentativas de acordo, fazendo com que	IRRF a recolher	13
)	o pagamento do débito esteja relacionado à decisão do Juízo Recuperacional,	IRPJ a recolher	-
	enquanto vigente o plano de pagamento da recuperação judicial da devedora.	CSLL a recolher	3
	9 – Investimentos: a) Participações societárias: Em 31/12/2024 a Com-	COFINS a recolher	-
	panhia é controladora direta das seguintes empresas:	PIS a recolher	-
	Valepar S.A. Sulaves S.A. Total	Impostos Datidos	

pannia e controladora direta das se	guintes empresa	is:	
	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de			
investimento em 31/12/2022	(227.192)	(82.399)	(309.591)
+/- Equivalência Patrimonial	16.996	6.127	23.123
Provisão para perda de			
investimento em 31/12/2023	(210.196)	(76.272)	(286.468)
+/- Equivalência Patrimonial	18.634	6.755	25.389
Provisão para perda de			

investimento em 31/12/2024 (191.562)
b) Propriedades para investimento: A contro (69.517) (261.079) o de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para

vestimento:							
		Consolidado		Consolidado			
		31/12/24	l .		31/12/2	3	
irupo	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido	
errenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742	
bras civis	24.498	(8.264)	16.234	24.498	(7.910)	16.588	
1áquinas							
e equipamentos	11.391	(8.575)	2.816	11.391	(8.149)	3.242	
utros	290	(251)	39	290	(244)	46	
-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(5.146)	-	(5.146)	
otal	35.840	(17.090)	18.750	38.775	(16.303)	22.472	
s valores das pror	riedades r	ara investi	mentos ar	recentad	ns em 31 c	le dezem-	

bro de 2024 são contabilizados a valor de custo. **Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a res de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de consti tuir qualquer ajuste por perda de valor. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e identificou -se a necessidade de reconhecer ajuste pela redução ao valor recuperável no valor de RS 2.935, destes, RS 2.475 é pertinente a Granja São Rafael, localizada no município de Cruzeiro do Sul/RS e RS 460 é pertinente ao complexo industrial localizado no município de Jaraguá do Sul/SC. A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

	Jaiuo eiii				iiiipaii-		Jaiuo eiii	
Grupo	31/12/23	Adições	<u>Baixas</u>	Deprec.	ment	Transf.	31/12/24	
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742	
Obras civi:	s 16.588	-	-	(354)	-	-	16.234	
Máquinas								
e equipa	-							
mentos	3.242	-	-	(426)	-	-	2.816	
Outros	46	-	-	(7)	-	-	39	
(-) Impai	r-							
ment	(5.146)	-	-	-	(2.935)	-	(8.081)	
Total	22.472			(787)	(2.935)	-	18.750	
						$\overline{}$	4.00	

			Consolidado				Consolidado)
			31/12/24				31/12/23	
Grupo	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos		15.593		15.593		15.593		15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	97.402	(31.974)	65.428	2,00% - 5,00%	83.475	(30.757)	52.718
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	81.249	(45.883)	35.366	3,33% - 11,11%	69.415	(44.705)	24.710
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	4.337	(1.773)	2.564	4,76% - 20,00%	3.761	(1.654)	2.107
Computadores	5,56% - 20,00%	2.648	(1.429)	1.219	5,56% - 20,00%	2.555	(1.352)	1.203
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(795)	195	7,14% - 10,00%	990	(760)	230
Imobil. em Andamento		8.089	-	8.089		9.321	-	9.321
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		210.322	(81.868)	128.454		185.124	(79.242)	105.882

Em 2023 a Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de La companima contrator una empresa especiarización del informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso. Além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens. O trabalho sudo foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 30 de set

ssui os seguintes saldos de imohilizado

	Saldo em					Saldo em
Grupo			Baixas	Deprec.	Transf.	31/12/23
Terrenos	15.593		-	-	-	15.593
Prédios	51.484	19	-	(3.285)	4.500	52.718
Máquinas e						
equipamentos	20.393		(47)	(2.400)		
Móveis e utensíli	ios 1.810	379	(16)	(201)	135	2.107
Computadores						
e periféricos	1.156	284	(23)	(226)	12	1.203
Veículos	154	100	-	(24)	-	230
Imobilizações						
em andamento	2.123	15.508	(4)	-	(8.306)	9.321
Total	92.713	19.395	(90)	(6.136)		105.882
	Saldo em					Saldo em
Grupo		Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	31/12/24
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	52.718	212	(3.827)	(2.560)	18.885	65.428
Máquinas e						
equipamentos	24.710	2.497	(181)	(2.724)	11.064	
Móveis e utensíli	ios 2.107	568	(76)	(249)	214	2.564
Computadores						
e periféricos	1.203	296	(101)	(268)	89	1.219
Veículos	230	-	-	(35)	-	195
Imobilizações						
em andamento	9.321	29.702	(682)	-	(30.252)	8.089
Total	105.882	33.275	(4.867)	(5.836)		128.454
Compõe o monta	ante de R\$	4.867 regi	strado co	mo baixas	de imobi	izado, o va-
lor de R\$ 4.215 i	referente às	perdas o	corridas n	o período	das cheia	s, conforme
I						

istrado na nota explicativa nº 34.2 – Enchente. Em relação às adições, do ntante total de R\$ 33.275, R\$ 17.027 refere-se aos investimentos realizados para recuperação das unidades atingidas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recupe

rável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem ecessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realiza da sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajus

de 2024, não se identificou quaisquer indicios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 — Direito de Uso: A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui oito contratos classificados na rubrica "Direito de Uso", sendo seis deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, sequem demonstradas no quadra palaixo:

guem demonstradas no quadro abaixo

	_	Vida	Saldo		Deprec.	Saldo
	Taxa	_util	31/12/23	Contratos	Locação	31/12/24
Imóveis Máquinas e	16,51%	6	178	-	(89)	89
Equipamentos	17,32%	5	6.140	1.129	(1.648)	5.621
			6.318	1.129	(1.737)	5.710

1 2 - Intang oossui os seg				Companhi	ia Minu	ano de A	dimentos,	
y			onsolid 31/12/2			Consolic 31/12/		
Grupo	Taxas	Custo		14 Líguido	Custo			
oftwares	20,00%	778	(423)	355	447	(336)	111	

223 188

223

Tota	al 1	1.001 (4	123)	578 63	35 (33	6) 299
A movimentação	dos intanç	jíveis apre	sentam-s	e da seguir	ite forma	
	Saldo em					Saldo em
Grupo	31/12/22	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	31/12/23
Softwares	156	11	-	(56)	-	111
Marcas e Patente	es 148	40	-	-	-	188
Total	304	51		(56)	-	299
	Saldo em					Saldo em
Grupo	31/12/23	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	31/12/24
Softwares	111	331	(1)	(86)		355
Marcas e Patente	es 188	35	-	-	-	223
Total	299	366	(1)	(86)		578
Em 31 de dezem	bro de 202	4 a Compa	nhia prod	edeu a ana	álise do v	alor recupe-
rável de seus ati	vos intangí	veis, utiliza	ando-se c	lo valor em	uso, e n	esta análise
identificou a ade	quação dos	saldos de	seus refe	ridos ativo:	s intangív	eis, sem ne-
cessidade de con	stituir qual	quer ajuste	e por pero	da de valor.	Na análi	se realizada

sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se identíficou quaisquer indicios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 – Salários e encargos sociais a pagar

13 – Salarios e encargos socia	us a pag	ar			
	Cor	ntro	ladora	Con	solidado
	31/12/2	4 31	/12/23	31/12/24	31/12/23
Provisões de férias e 13°			-	9.909	10.114
Provisões convenção coletiva		-	-	2.279	2.516
Salários a pagar	17	3	180	3.905	3.963
Rescisões a pagar		-	-	-	74
Outras obrigações a pagar		-	-	12	13
Total	17	3	180	16.105	16.680
14 – Arrendamentos a pagar					
Composição dos arrendamentos a	pagar:	Co	nsolida	do Con:	solidado
			31/12/	24	31/12/23
Arrendamentos a pagar - CP			2.6	72	2.374
(-) Encargos a apropriar - CP			(9	45)	(1.031)
Total - Passivo Circulante			1.7	27	1.343
Arrendamentos a pagar - LP			6.4	92	7.506
(-) Encargos a apropriar - LP			(1.1	74)	(1.819)
Total - Passivo Não Circulante	•		5.3	18	5.687
A seguir está apresentado o cror arrendamento:	nograma (de v	encimen	tos dos co	ntratos de

Total - Passivo	Não Circulante	5.318	5.687
A seguir está ap	resentado o cronograma	de vencimentos dos	contratos de
arrendamento:			
	Arrendamentos	(-) Encargos	
	a Pagar	a apropriar	Total
2025	2.672	(945)	1.727
2026	2.339	(682)	1.657
2027	2.339	(398)	1.941
2028	1.715	(86)	1.629
2029	99	(8)	91
Total	9.164	(2.119)	7.045
Movimentação do	os arrendamentos a paga	r:	
Saldo em 31 de	dezembro de 2023		7.030
(+) Remensuração	ão		-
(+) Novos contra	atos		1.129
(-) Contratos en	errados		-
(+) Encargos			1.049
(-) Contrapresta	ção		(2.163)
Saldo em 31 de	dezembro de 2024		7.045

15 – Obrigações tributárias				
	Cont	roladora	Con	solidado
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
INSS a recolher	21	25	293.089	281.502
FGTS a recolher	-	-	845	899
IRRF a recolher	13	23	515	892
IRPJ a recolher	-	-	110.746	106.680
CSLL a recolher	3	1	42.294	40.186
COFINS a recolher		-	51.780	49.983
PIS a recolher	-	-	11.039	10.617
Impostos Retidos	-	-	735	713
ICMS a recolher		-	1.133	1.130
Outros	-	-	4.933	4.718
Total	37	49	517.109	497.320
Abaixo demonstramos os valores o	de forma seg	regada, uti	ilizando cor	no base os
dábitos informados polos respectiv	oc agentes	do cobranc	n DCEN	Drocurado

débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN ria Geral da Fazenda Nacional, e RFB – Receita Federal do Brasil:

	31/12/24 31/12/23				3	
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
NSS a recolher	1.719	291.370	293.089	3.815	277.687	281.502
GTS a recolher	845	-	845	899	-	899
RRF a recolher	515	-	515	892	-	892
RPJ a recolher	1.336	109.410	110.746	-	106.680	106.680
SLL a recolher	494	41.797	42.291	1	40.185	40.186
OFINS a recolher	-	51.780	51.780	-	49.983	49.983
IS a recolher	-	11.039	11.039	-	10.617	10.617
mpostos Retidos	41	697	738	46	667	713
CMS a recolher	1	1.132	1.133	1	1.129	1.130
Outros	50	4.883	4.933	60	4.658	4.718
otal	5.001	512.108	517.109	5.714	491.606	497.320
Os valores relativos a	os tribut	os apresen	tados na c	oluna "F	GFN" estâ	io acresci-
Lander Street			december of a second	Acres de		J. DOEN

dos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN — Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema regularize). Vale destacar, que o programa de regularização tributária prevê benefícios que poderão resultar em alterações dos valores apurados e apresentados no quadro anterior, po-rém, até o momento não é possível dimensionar os efeitos de tais ajustes. O pedido de regularização permanece sob análise junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. 16 – Parcelamentos

	Cont	roiadora	Con	sonaaao
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
PERT (a)	-	-	1.707	1.568
Lei 12.996/14 (b)	32	19	2.352	2.239
Lei 11.941/09	-	2	-	2
FGTS	-	-	707	683
ICMS	-	-	2	11
Ordinário	-	-	129	745
Circulante	32	21	4.897	5.248
PERT (a)			6.158	7.235
Lei 12.996/14 (b)	125	162	9.211	11.076
Lei 11.941/09	-	6	-	6
FGTS	-	-	3.007	3.587
ICMS	-	-	-	3
Ordinário	-	-	269	1.204
Não Circulante	125	168	18.645	23.111
(a) Pert: A Companhia aderiu ao	PERT - Prog	grama Espe	cial de Rec	ularização

(a) Pert: A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (i.e. 13. 496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Recei-ta Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea "b") e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea "b"). Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

sentamos o resumo dos valores totais indicados no referido paro	:elamento:	
Total dos débitos incluídos no PERT	56.548	
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218)	1
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845)	
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	(18.491)	
(+) Atualização Selic até dezembro de 2023	3.809	
Saldo remanescente em 31/12/2023	8.803	
(+) Atualização Selic de Jan-24 até Dez-24	570	
(-) Pagamentos efetuados de Jan-24 até Dez-24	(1.508)	
Saldo remanescente em 31/12/2024	7.865	
Circulante	1.707	
Não circulante	6.158	
(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos co	onsolidado	S

111 PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral

tos, respectivamente, nas seguintes imp Esfera	ortâncias: Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Proguradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
3	Demais Débitos	45.885
Total		56.548
(ii) O montante de R\$ 7 845 refere-se a	n valor de Prejuízo Fiscal e	de Rase de

Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado Carcino regativa da Contribuição Social sobre o Lucro Equidio (SCLY) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17: Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. (iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

	Natu-		Valor	(Entra-	Saldo	An	istia
Esfera	reza	Débito	da dívida	da)	em 31/12/17	%	R\$
	D41-14	Principal	430	(86)	344	0%	-
	Débitos Previ-	Multa	86	(17)	69	50%	35
	denciá-	Juros	197	(39)	158	80%	126
Procura-		Encar-	143	(29)	114	100%	114
doria		gos					
Geral da	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
Fazenda		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
Nacional		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encar-	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
		gos					
		Total	46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não ti As dividas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais, (b) Lei nº 12.996/2014: Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB N° 14/2014, sendo que o baneficos consônicos financias francias francias de la companio de la consonia del consonia de la consonia del la consonia del consonia de la consonia de la consonia del consonia de la consonia del consonia de la consonia de la consonia del consonia de la consonia del co que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão. Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base no percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescida: de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC. Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

ais)	
Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/2024	(16.337)
Saldo remanescente em 31/12/2024	11.563
Circulante	2.352
Não circulanto	0.211

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjunta mente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjun ntos para consolidação da modalidade ta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ac agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo. Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB n° 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa as contribuições sociais previstas nas alineas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a tiart. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julno de 1991, as contribuições instituidas à trutio de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo. Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014. não houve incremento de novos débi adesão ocorrida em 2014. 17- Impostos diferidos - Passive

/– impostos aiteridos - Passivo		
	31/12/24	31/12/23
RPJ diferido	663	663
SLL diferido	239	239
irculante	902	902
RPJ diferido	10.836	11.817
SLL diferido	3.901	4.254
lão Circulante	14.737	16.071
o guadro a coguir cão domonetrados os ito	ns que compõem o c	álculo dos Im-

postos Diferidos em 31 de dezembro de 2024:

CS Ci

Impostos Diferidos				
Item	Valor	IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de				
Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utens	ílios 3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de				
Computadores e Perifericos	582	146	52	198
Diferença temporal de				
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos				
Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
Total	82.515	20.631	7.427	28.058
Diferimento até 31/12/2024		(9.132)	(3.287)	(12.419)
Saldo em 31/12/2024		11.499	4.140	15.639
Circulante		663	239	902
Não Circulante		10.836	3.901	14.737
A Companhia não reconhece imp	osto diferi	do sobre p	rejuízo fisca	l e base

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e bas negativa. 17.1 – Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda da Contribuição Social: No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente edespesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado		
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Lucro antes do IR e CS	12.025	9.810	16.258	6.749	
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%	
Despesa de tributos à					
alíquota nominal	(4.089)	(3.335)	(5.528)	(2.295)	
Resultado de					
participações societárias	(8.632)	(7.862)		-	
Provisão p/ perda (Impairment)	-	-	(924)	-	
Contingências	-	-	(626)	(6.119)	
Diferença de depreciação		-	693	(1.322)	
Variação cambial	-	-	(1.541)	189	
Ajustes de Faturamento - CPC47	-	-	296	(648)	
Provisão de devedores duvidosos	-	-	-	219	
Outros	3.020	4.151	404	(349)	
Despesa efetiva de IR e CSLL	(1.524)	(375)	3.830	(5.735)	
IRPJ e CSLL - Diferido	-	2.075	1.424	5.160	
IRPJ e CSLL - Corrente		-	(5.632)	-	
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	24%	0%	
18 – Outros Passivos					
	Cont	roladora	Cons	solidado	

	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Processos judiciais a pagar	-	-	647	3.212	
Provisões de despesas	-	-	1.208	1.719	
Seguros a pagar	44	36	80	79	
Outras obrigações	1.004	961	3.297	965	
Trava Cambial (a)	-	-	9.544	-	
Total	1.048	997	14.776	5.975	
(a) O montante de R\$ 9.544 ref	ere-se ao efeito	negativo	entre a tax	a de câm-	

bio contratual vinculada aos contratos de trava cambial, frente a taxa de câm bio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2023, período como o aiuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de ativo, conforme de

monstrado na nota explicativa nº 8 – Outros auvos. 19 – Partes relacionadas: a) Remuneração dos administradores: A 19 – Partes relacionadas: a) Remuneração dos administradores: A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor global anual é o limite máximo a ser observado dude Administração. O valor global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados. Considerando que a Asembleia Ordinária de 2024 da Companhia está suspensa por determinação judicial, para o ano corrente está sendo respeitado o mesmo valor aprovado no ano anterior na Assembleia realizada no dia 28 de abril de 2023, que fixou o limite global anual em até R\$ 700 mil. A remuneração global anual dos administradores das controladas dirietas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada em Assembleias Geral Ordinária realizadas no dia 26 de abril de 2024, da seguinte forma: a) Sulaves – em até R\$ 250 mil; e) Minuano – em até R\$ 4500 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida n exercício de 2024 em comparação ao exercício de 2023:

			31/12/24				31/1:	2/23
Controla	dora	Cor	rsolidado	Controla	dora	Con	solid	ado
Conselho de								
adm. e fiscal	350		350		484			484
Diretoria executiva	140		1.772		139		2	.336
b) Operações com pa	rtes i	rela	cionadas					
			Cont	roladora		Con	solid	ado
Ativo não circulante			31/12/24	31/12/23	31/1	<u>2/24</u>	31/1:	2/23
Valepar S/A			517	517		-		-
Companhia Minuano			5.260	5.260		-		-
Total			5.777	5.777		-		
Passivo não circulant	te		31/12/24	31/12/23	31/1	2/24	31/1:	2/23
Companhia Minuano			11.548	10.425		-		
Acionistas e outros			49.829	37.578	49	.826	37	.578
Total			61.377		49	.826	37.	578
	As operações intercompany referem-se à pagamentos efetuados pela							
controlada indireta. Cor	mpanh	ia M	inuano de	Alimentos.	refere	nte a	desr	esas

operacionais nominais às empresas *holdings* (Minupar Participações S.A. e Valepar S.A.), as quais não possuem previsão contratual definindo índice de

1E3B-E57C-BEA4-8156 com.br:443 e utilize o código Ltda. A Hora Jornal por digitalmente por vá ao site https: , á foi assinado c assinaturas v nento i

1.350

922

9.945 12.494

159

842

receitas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Total

(a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 6.394 re

dicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de fo

ção parcelada como de valores em aberto. (b) Refere-se a atualização da divid firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 19

31 - Receitas Financeiras: Para o exercício findo em 31 de dezembro d 2024, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte for

Partes Relacionadas, rubrica "Acionistas e outros"

Variações cambiais ativas

Descontos financeiros obtidos

Juros de créditos Fiscais (a)

Controladora Consolidado 31/12/24 31/12/23 31/12/24 31/12/23

55

Créditos Fiscais (a) Acordos Judiciais (b) Venda de ativos

Receita de alug

Venda de sucata e lenha

Recuperação de Despesas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 90.076.886/0001-40 - NIRE nº 43300031161

remuneração, e os prazos estipulados para recebimento e liquidação estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Em relação à rubrica "Acionistas e outros", encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujas taxas de juros poderiam ser diferentes se realizado com terceiros. Esse passivo foi reconhecido no primeiro trimestre de 2012 no passivo não circulante, com base nas condições contratuais vigentes. O inadimplemento das obrigações contratuais deu origem à Execução de l'Itulo Extrajudicial, ajuizada em 16/12/2016 contra a Companhia. trimestre de 2012 no passivo não circulante, com base nas condições contratuais vigentes. O Inadimplemento das obrigações contratuais deu origem à Execução de Título Extrajudicial, ajuizada em 16/12/2016 contra a Companhia. Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução, que foram recebidos sem efeito suspensivo. Essa execução, que visava à cobrança integral do mútruo (principal e juros), foi extinta sem resolução de mérito em outubro de 2023, em razão da ausência de título executivo extrajudicial completo. A decisão transitou em julgado. Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial - "Segunda Execução"), visando à cobrança do valor principal, atualizado com taxas inferiores às pactuadas no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R\$ 8.229, correspondente ao montante histórico de B\$ 1.365 atualizado monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012. A Companhia apresentou Embargos à Execução, os quais foram recebidos com efeito suspensivo. Tal decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal formulado pelo exequente, em Agravo de Instrumento.

20 — Provisão para contingência: a) Contingências Passivas: A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram desfera parada expressivado de moradas expressivados. US\$ 15.809. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5.25 a R\$ 6.26. e

riveis e urabalinistas, tujas discussoes estato em anidamento tamo na esierta administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração. considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram apuradas as seguintes provisões de ontingências e respectivos depósitos judiciais:

		Consolidad	do	Consolidado					
		31/12/24		31/12/23					
	Contin-		Saldo	Contin-		Saldo			
Natureza	gências	Depósitos	Residual	gências	Depósitos	Residual			
Trabalhista	4.975	(3.340)	1.635	6.590	(4.611)	1.979			
Cível	732	(705)	27	1.117	(604)	513			
Tributária	342		342	183		183			
Total	6.049	(4.045)	2.004	7.890	(5.215)	2.675			
A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se									
da sequinte forma:									

Sal	Saldo Final					
	31/12/23	Provisões	Reversões	31/12/24		
Contingências Trabalhistas	6.591	3.035	(4.650)	4.976		
Contingências Tributárias	183	608	(449)	342		
Contingências Cíveis	1.116	288	(673)	731		
Total	7.890	3.931	(5.772)	6.049		
Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado						

para 31 de dezembro de 2024, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R3 37.854 (R\$ 29.896 em 31 de dezembro de 2023), destes, R\$ 17.207 (R\$ 14.457 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza cível e R\$ 20.589 (R\$ 15.439 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza trabalhista. Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

21 – Patrimônio líquido: a) Capital social: O Capital Social da Companhia é de RS 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Ajuste de avaliação patrimonial: Em virminativas, sem valor nominal. **b) Ajuste de avaliação patrimonial**: Em virude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento en o imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Em virtude das cheias que atingiram o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, realizou a baixa pela perda de ativos conforme demonstrado na nota explicativa nº 34.2 – Enchente. Parte dos ativos baixados foi reconhecida pelo custo ativos momento de sua adoção inicial e a baixa deste ativos resultou no atribuído no momento de sua adoção inicial e a baixa deste a stivos resultou no chi virtude das clients que admignario escado o non Ortalitade nos antos intessives de abril e maio de 2024, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, realizou a baixa pela perda de ativos conforme demonstrado na nota explicativa nº 34,2 – Enchente, Parte dos ativos baixados foi reconhecida pelo custo atribuído no momento de sua adoção inicial, e a baixa destes ativos resultou no impacto de R\$ 1.318. Essa movimentação está em conformidade com as normas contábeis vigentes e foi devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras do exercício de 2024, refletindo de maneira fidedigna a posição patrimonial da Companhia. Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM — Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia registra os valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial na coluna de "Reserva de Lucros". c) Reserva legal: Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social. 4) Subvenções governamentais: A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal beneficio, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Património Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais". e) Dividendos: De acordo com o art. 189 da lei 6.40476, o lucro líquido descencio ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da lei nº 6.40476, o lucro líquido de exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da

nonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milha Notas explicativas às de tas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de : clientes; b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produ-tivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços; c) Risco de taxas de câmbio: Decor-red a possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mer-cado externo. Mesmo havendo estes riscos a Companhia, e suas controladas. cado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controla não operam com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial: A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 46 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2024 totalizando o montante de

034 13:003: 10:3 00:11					, 5,25 a	, 0,20, 0		
prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.								
Os recebíveis vinculad	Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:							
	VIr em	Taxa	Valor	Taxa	Valor	Efeito		
Contas a receber	USD	Média	Justo	Efetiva	em R\$	Trava		
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343	6,1917	97.887	(9.544)		
Recebíveis sem trava	3.211	6,1917	19.884	6,1917	19.884	-		
Total	19.021		108.227		117.771	(9.544)		
Análise de sensibil	idade: 0	critério a	adotado p	ela Comp	anhia para	realizar		
a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em								
aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio								
do dia 31 de dezembro de 2024, a qual indica o montante de R\$ 117.771. Con-								
forme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de								

6,00. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:						
Contas a receber	VIr em USD	Taxa Média	Valor em RS			
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.34			
Recebíveis sem trava	3.211	6,0000	19.26			
Total	19.021		107.61			
d) Risco de taxas de juros: [Decorre da possi	bilidade da Cor	mpanhia e sua			
controladas virem a incorrer em p	perdas pela osci	lação destas ta	xas. Em relaçã			
a este risco, é mantido acompan	nhamento perma	anente do mero	ado. A Compa			
nhia e suas controladas não atua	am no mercado o	de derivativos f	inanceiros, ber			
como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos er						
suas demonstrações. No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilida						
de realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de nove me						
ses findo em 31 de dezembro de	2024:					

		Selic estimad		
		31/12/24	15,00%	
INSS a recolher		293.089	337.052	
FGTS a recolher		845	972	
IRRF a recolher		515	592	
IRPJ a recolher		110.746	127.358	
CSLL a recolher		42.291	48.635	
COFINS a recolher		51.780	59.547	
PIS a recolher		11.039	12.695	
Impostos Retidos		738	849	
ICMS a recolher		1.133	1.303	
Outros		4.933	5.673	
	Total	517.109	594.676	

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levo em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2025, que foi

24 - Receita: Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Consolidad		
_	31/12/24	31/12/23	
Receita bruta de produtos e serviços	368.577	385.351	
Mercado Interno	260.475	284.402	
Mercado Externo	108.102	100.949	
(-) Deduções da Receita Bruta	(13.689)	(17.285)	
(-) Mercado Interno	(13.666)	(17.268)	
(-) Mercado Externo	(23)	(17)	
Receita líquida de produtos e serviços	354.888	368.066	
Mercado Interno	246.809	267.134	
Mercado Externo	108.079	100.932	

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente.

25 – Custos operacionais: A seguir estão apresentados os custos operacioos segregados por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

			Consolidado
		31/12/24	31/12/23
Salários		(74.433)	(78.182)
Encargos sociais		(19.477)	(19.589)
Benefícios a empregados		(17.036)	(15.297)
Férias e 13° salário		(17.965)	(16.197)
Matérias primas		(44.375)	(50.117)
Materiais de embalagem		(19.305)	(22.905)
Energia elétrica		(17.127)	(18.466)
Manutenção Industrial		(18.220)	(17.882)
Serviço de terceiros		(11.728)	(12.702)
Depreciações		(7.378)	(6.947)
Combustíveis e lubrificantes		(3.996)	(4.676)
Equipamento de proteção		(2.829)	(2.712)
Análises laboratoriais		(2.048)	(1.959)
Fretes s/ compras		(1.483)	(1.339)
Locações/Aluguéis		(1.438)	(1.644)
Taxas e encargos legais		(222)	(235)
Outros gastos		(2.062)	(2.061)
	Total	(261.122)	(272.910)

26 - Despesas gerais e administrativas: A seguir estão apresentadas as ativas segregadas por natureza, para o exercício fin do em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Salários	(605)	(651)	(7.414)	(7.426)
Benefícios a empregados	-	-	(2.518)	(3.511)
Encargos sociais	(103)	(130)	(1.305)	(1.064)
Férias e 13° salário	-	-	(1.328)	(1.499)
Serviço de terceiros	(191)	(150)	(4.280)	(2.193)
Depreciações	-	-	(270)	(302)
Energia elétrica	-	-	(116)	(109)
Manutenção Predial	-	-	(321)	(193)
Taxas e encargos legais	(3)	(30)	(74)	(127)
Publicidade e propaganda	(39)	(35)	(199)	(179)
Viagens e estadias	(7)	(13)	(101)	(102)
Outros gastos	(86)	(78)	(1.071)	(1.766)
Total	(1.034)	(1.087)	(18.997)	(18.471)
27 – Despesas com vendas: A	seguir estã	o apresenta	das as des	pesas com

findo em 31 de 31/12/2024 31/12/2023 (2 958) (690) (395) (864) (203) (1.031) Férias e 13º salário (a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 6.394 referente ao traba lho de recuperação de créditos de Pis e Cofins do período de 2/18 à 2023. Des te montante, R\$ 2.531 já foi homologado pela Receita Federal do Brasil, e já uti lizado para compensação de impostos correntes. (b) O valor de R\$ 3.786 apre sentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referese ao acordo ju dicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017 (64) (12) (95) (194) Serviço de terceiros Publicidade e propaganda Provisões para perdas Encargos sociais Depreciações Outros gastos Total (286) (20.247) (16.128)

Outros gastos		(3	i46)	(286)) 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de loi-				
Total		(16.1	28)	(20.247)	ma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 – Outros Ativos.			os.	
28 - Outras despesas operacion	1ais: A segi	iir estão a	presentada	s as outras	30 - Despesas financeiras: Par	a o exercío	io findo er	n 31 de dez	embro de
despesas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.			2024, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:						
_	Controladora Consolidado			Controladora Consolidado			solidado		
	31/12/24 3	31/12/23	31/12/24	31/12/23		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Despesas de litígios fiscais (a)	(16)	(2.977)	(656)	(4.765)	Juros atualização dívidas tributárias	(a) (53)	(40)	(17.671)	(21.786)
Provisões (Reversões) de contingêno	ias -	-	(4.605)	(3.018)	Juros operações				
Provisão para perda (b)	-	-	(2.717)	(4.275)	partes relacionadas (b)	(12.252)	(9.217)	(12.252)	(9.347)
Custo na alienação de ativos	-	-	(300)	-	Variações cambiais passivas	-	-	(14991)	(15.081)
Reversão de créditos tributários	-	-	(1.802)	(1.230)	Encargos legais	-	-	(4.295)	(3.230)
Despesas fábricas inativas	-	-	(1.103)	(3.523)	Juros de arrendamentos	-	-	(1.054)	(731)
Despesas Gerais	-	-	(212)	(288)	Outras despesas financeiras	(9)	(9)	(1.127)	(941)
Perdas da enchente (c)	-	-	(11.154)	(9.498)	Total	(12.314)			
Total	(16)	(2.977)	(22.549)	(26.597)	(a) Refere-se a atualização dos déb	itos de nat	ureza tribu	tária, tanto	em situa-
(a) Em marco de 2023 a Companhia	e sua cont	rolada inc	lireta. Comi	oanhia Mi-	cão parcelada como de valores em a	eberto. (b)	Refere-se a	atualização	da dívida

uano de Alimentos, realizaram o registro de débitos tributários que constavan em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou "Litígio Zero". Tal programa prevê a re-negociação de dívidas por meio de transação tributária, e sua homologação ocor reu em outubro de 2024. (b) Compõe a rubrica "provisão para perda", o montar te de R\$ 2.935 referente ao reconhecimento de ajuste pela redução ao valor re cuperável pertinentes a Granja São Rafael e a unidade de Jaraguá do Sul, confor cuperável pertinentes a Granja São Rafaele a unidade de Jaraguá do Sul, conforme nota explicativa nº 9-b — Propriedades para Investimento, além da reversão de outras provisões no montante de R\$ (218). (c) O montante de R\$ 11.154 referes-es as perdas e gastos necessários para retomada das atividades nas unidades de Lajeado e Arroio do Meio, as quais foram severamente atingidas pelas cheias do Rio Taquari entre os meses de abril e maio de 2024. Os valores estão apresentados de forma detalhada na nota explicativa nº 34.2 - Enchente.

29 — Outras receitas operacionais: Abaixo estão apresentadas as outras

| 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,00 22 – Informações por segmento: A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmento sistintos, saber: a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne; b) Serviços de Fr gorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultar tes do abate e desossa de aves. Nos quadros abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o exercício findo em 31 de de aprehe de 2015.

		serviços e		Corpc	rauvo			
	Industrializados		Processamentos		(Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	171.084	182.797	197.493	202.554	-	-	368.577	385.351
Impostos e devoluções	(11.443)	(14.823)	(2.246)	(2.462)			(13.689)	(17.285)
Receita líquida	159.641	167.974	195.247	200.092	-	-	354.888	368.066
Custos	(97.315)	(111.144)	(163.807)	(161.766)			(261.122)	(272.910)
Lucro bruto	62.326	56.830	31.440	38.326	-	-	93.766	95.156
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(18.997)	(18.471)	(18.997)	(18.471)
Desp. com Vendas	(16.128)	(20.247)	-	-	-	-	(16.128)	(20.247)
Outras Desp. Op.		-	-	-	(22.549)	(26.597)	(22.549)	(26.597)
Outras Rec. Op.					9.945	12.494	9.945	12.494
Resultado Intermediário	46.198	36.583	31.440	38.326	(31.601)	(32.574)	46.037	42.335
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(51.390)	(51.116)	(51.390)	(51.116)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	21.611	15.530	21.611	15.530
Resultado antes Tributos	46.198	36.583	31.440	38.326	(61.380)	(68.160)	16.258	6.749
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	1.424	5.160	1.424	5.160
CSLL e IRPJ Correntes					(5.632)		(5.632)	
Resultado líquido	46.198	36.583	31.440	38.326	(65.588)	(63.000)	12.050	11.909
			Atribuído a	a acionistas cor	ntroladores		12.025	11.885
			A Audio of do	! !			25	2.4

Atril

33 – Lucro líquido por ação: Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da lei 6.404/76. Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 204:

	31/12/24	31/12/23			
Quantidade de ações	7.100	7.100			
Lucro líquido do exercício (consolidado)	12.050	11.909			
Lucro líquido diluído por ação	1,69716	1,67730			
A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não					
existindo diferenciação na participação das					
forma, a Companhia não possui quaisquer o					
possam ser convertidos em ações tais como o					
lucros entre outros, tampouco possui ações	em tesouraria, dest	a forma apre-			
senta o mesmo valor do resultado básico e d	iluído por ação.				

senta o mesmo valor do resultado básico e diluido por ação.

34 — Outros Assuntos: 34.1 — Assembleia Geral Ordinária — AGO: Conforme fato relevante divulgado no dia 26 de abril de 2024, por decisão liminar proferida pelo Juízo do Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas, nos autos do processo nº 5014361-69.2024.8.21.0022, sem oportunizar manifestação prévia da Companhia, determinou a suspensão da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia comocada para se realizar no dia 26 de abril de 2024. Por meio dos recursos processuais cabíveis a Companhia empregou todos os esforços para revogar a tutela deferida, demonstrando a regularidade dos atos praticados para realização da Assembleia e de astrutura societária e de governança, bem como, os prejuísos causados aos acionistas, no entanto, devido à apreciação em regime de plantão, a decisão foi mantida, permanecendo obstaculizada a realização da Assembleia. O processo segue o rito comum de tramitação, sendo que a Companhia permanece tomando as medidas judiciais cabíveis para defender a ordem e regularidade das atividades administrativas. Diante da relevância destes acontecimentos, eventuais atualizações relevantes seráo prontamente divulgadas ao mercado. 34.2 — Enchemte: Em levantes serão prontamente divulgadas ao mercado. 34.2 – Encherite: Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2024 emitido pela CVM no dia 20 de junho de 2024, relatamos os impactos, estimativas, riscos e incertezas relacionados ac evento climático ocorrido no Rio Grande do Sul no final do mês de abril de 2024 Impacto Operacional e Financeiro. Devido a destruição causada nas instalações Impacto Operacional e Financeiro. Devido a destruição causada nas instalações da unidade de embutidos, a operação ficou interrompida por aproximadamente dois meses, período no qual foram realizadas adequações estruturais, remonta-gem e higienização de equipamentos. Neste período ocorreu uma queda signi-ficativa na receita, todavia, a partir de 28 de junho a produção foi reestabeleci-da, e até o final do exercício de 2024, a unidade Fábrica de Embutidos já atin-giu sua capacidade máxima de produção. As perdas e gastos apurados repre-sentam a quantia de R\$ 11.154 e estão demonstradas no quadro abaixo:

acionistas não controladores	25	24
ireza		Valor
s Imobilizado	_	4.215
idade Fopag		3.871
ervação e Manutenção		1.887
ão de Máquinas		1.181
	_	11.154

Conservação e Manutenção

1.887
Locação de Máquinas

1.1810
Os valores acima estão registrados na rubrica de "Outras Despesas Operacionais", conforme indicado na nota explicativa nº 28. Riscos e Incerteza Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da situação econômica, a Companhia buscou o alongamento de prazos junto a seus fornecedores e parceiros, bem como se utilizou de porrogações de vencimentos tributários, concedidas pelos governos Estadual e Federal. Em relação as orientações contidas no oficio-circular nº 1/2024 emitido pela CVM, informamos que não identificamos nenhum impacto relacionado a enchente que possa ter algum tipo de ajuste referente a valor justo, provisões e contingências ativas e passívas, reconhecimento de receitas e provisão para perdas esperadas. 34.3. Reforma Tributária nos Pasail: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional. O modelo da reforma tributária está baseado num IVA - Imposto sobre Valor Ágregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeías produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - IBS), que usa subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, CIMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - IBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, CIMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio amisente. Com um longo período de transição que compreende os anos de 2026 a 2032, o ano de 2025 será ainda um período de adaptações e análises, já que novas leis complementares devem ser regulamentadas, bem como o desenvolvimento do si

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo m 31 de dezembro de 2024.

Laieado, 27 de marco de 2025. Minupar Participações S.A. Margareth Schacht Herrmann Diretora Presidente Tiago Fonseca Sigueira Diretor de Relações com Investidore

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes de 31 de Dezembro de 2024

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os di-retores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Lajeado, 27 de março de 2025. Minupar Participações S.A. Margareth Schacht Herrmann - Diretora Presidente Tiago Fonseca Siqueira - Diretor de Relações com Investidores

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Minupar Participações S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, exe minou: (i) as demonstrações financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social er cerrado em 31.12.2024; (ii) o Relatório da Administração; e (iii) o relatório sem ressalvas emitido pela Grar Thornton Brasil Auditores Independentes. Com base nos documentos analisados e nos esclarecimento prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinan que as Demonstrações financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório da Admi nistração referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024, estão adequadamente apresentados, en condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Lajeado, 27 de março de 2025. Maria Elvira Lopes Gimenez - Conselheira Fiscal Celso Celso Cândido Filho - Conselheiro Fiscal Henrique Barcelos Ercoli - Conselheiro Fiscal

com.br:443 e utilize o código 1E3B-E57C-BEA4-8156 digitalmente por Jornal A Hora Ltda. vá ao site https://assinaturas.certisign assinado assinaturas Į. documento as

MINUPAR PARTICIPACÕES S.A. - CNPJ/MF nº 90.076.886/0001-40 - NIRE nº 43300031161

Conselho de Administração

Chao En Hung; Margareth Schacht Herrmann; Livia Toshie Suguita Chao; André Rafael De Oliveira; Francisco Asclépio Barroso Agui

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Minupar Participações S/A - Lajeado — RS
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
da Minupar Participações S/A (Companhia), identificadas como controladora e
consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de
dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado
abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, in cluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequanussa opiniad, as durinistrações inialiterias admita februas a presentant adequa-damente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimorial e financeira, in-dividual e consolidada, da Minupar Participações S/A. Em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respec-2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela
data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting
Standards Board (last). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas
brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de
acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de
Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades bitias se de acordo
com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e riada para fundamentar nossa opinião.

apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, a qual indica que, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 472.284 mil (R\$ 487.051 mil em 31 de dezembro 2023) a patrimônio fliquido negativo no montante de R\$ 311.861 mil (negativo R\$ 323.886 mil em 31 de dezembro de 135.56 mil, no individual e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023, no individual e consolidado, excedeu em R\$ 1.159 mil e R\$ 382.943 mil, respectivamente). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa ng 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar divida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nosa opinião não está ressalvade em relação a esse assuntos. Principais assuntos de auditoria são aqueles

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa audi-toria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de au-

suntos. Determinamos que o assunto osecrito a seguir e o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Obrigações tributárias: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 - Obrigações tributárias, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos S.A., possui o montante de R\$ 520.577 mil (R\$ 497.320 mil em 31 de dezembro de 2023) relativo a obrigações tributárias. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos

potenciais impactos ao resultando de sercicio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (a) entendimento dos processos e avaliação dos controles relacionacos a apuração dos tributos e divulgação das obrigações tributárias; (b) avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes: (c) efetumos reaficulos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis; (d) avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração. bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Comparhia; e (e) avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nas evidências demonstrações contíbeis indivíduais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são acadéveis as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas para a mensuração e o reconhecimento das obrigações tributárias, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto dequelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para contingências: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme mencionado na Nota Explicativa no 20 — Provisão para contingências, a Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em adamento tanto na esfera deministrativa como na udicial. A Administração em

andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, em

andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerados janificativo para a nossa auditoria devido ao elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda e à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do fluxo de processos relevantes sobre as contingências e divulgação de passivos contingentes; (b) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as contingências e divulgação de processos relevantes no relatório de processos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premis assa adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representati-

(d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razodeveis os montantes registrados como provisão para contingências bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

tutula lo correxto auderios de comenciares de manaceres de manaceres de comenciares de comenciar

submetidas a procedimentos te auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individueis e consolidados nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individueis e consolidados nessa Porma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individueis e consolidados to prodeça os escritação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nosas opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade á de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distoricido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstra ções financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsáve ração é responsáve pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras indivi duais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Internationa Accounting Standards Board (lasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operand, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda lluquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos obietivos são obter segurança razoável

ras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por frau de ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança rade ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança ra-zoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria rea-lizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstra-ções financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas bra-sileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mante-mos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificanse e a valiamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras indivi-

duais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, berr como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de frau-de é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, flasificação, omissão ou representações fal-sas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes sas intencionais, * Univernios entenimiento dos controles intensor relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às cir-cunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidace operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em re-lação a eventos ou condições que possam leventar divida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se econcluímos que exis-te incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras incluívalas e con-solidadas ou incluír modificação em nosso aprinão, se as divulgações forem inade-quadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria ob-tidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; * Avalia-mos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financei-ras inclusive as divulgações es eas demonstrações o es eventos de maneira considiadas representam as correspondentes transações e o s eventos de maneira para a auditoria para planeiarmos procedimentos de auditoria apropriados às cir solidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneir compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiento referente às informações financeiras das entida-des ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinão sobre as de-monstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela di-reção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Domunicamo-nos com os responsáveis pela governança a res-peito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos fe auditoria pla-nejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identifica-das durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responséveis pela gover-nança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluin-do os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afeatr, consideravelmente, nosa inde-pendência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determi-namos aqueles que foram consciderados como mais significativos na auditoria das compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de namos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria da: demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituen os principais assuntos de aud toria. Descrevemos esses assuntos em no rio de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação públi ca do assunto, ou quando, err circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequên-cias adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, su-perar os benefícios da comun cação para o interesse público.

Contado

Tiago Fonseca Siqueira - RS-079.320/0-5

Porto Alegre, 28 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CBC 2SP-025.583/0-1

Contador CRC 1RS-071 263/0-0

digitalmente por Jornal A Hora Ltda. vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1E3B-E57C-BEA4-8156. o foi assinado o s assinaturas v documento f verificar as a



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1E3B-E57C-BEA4-8156 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1E3B-E57C-BEA4-8156



Hash do Documento

BC80D24BA2767594D24287D3BC53D4527F15CCA277668D3301FC5E47DEC66A11

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2025 é(são) :

☑ Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 04.280.850/0001-41 em
14/04/2025 17:23 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA - 04.280.850/0001-41

